



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 3, número 2, maio-ago 2014

OS SERTÕES E A TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL DE EUCLIDES DA CUNHA



OS SERTÕES AND THE POLITICAL AND INTELLECTUAL HISTORY OF EUCLIDES DA CUNHA

Luís Alberto Scotto ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 30/04/2014 • APROVADO EM 30/09/2014

Abstract

This article brings a discussion and reflection on the book “Os Sertões” and its relation to the political and intellectual position of the writer Euclides da Cunha. The disillusioned and enlightened writer, who built the narrative factory of “Os Sertões”, at different levels and in various plans, intends to demonstrate how the republican journalist and admirer of the national army took place. A government and a society that had its eyes on Europe, questioning the barbaric way of acting against the alleged barbarism in the name of civilization, first appeared in Brazil at the book of Euclides da Cunha. There are more than condemnation of a massacre and the revelation of the Brazilian interior's misery: the powerful strength of this book is revealed in a new interpretation of Brazil, able to put the concept of nation in another political perspective. Therefore, this work aims to show how the finished work and the ultimate political and intellectual activity of Euclides da Cunha's book “Os Sertões”.

Resumo

Este artigo traz ao debate uma reflexão sobre o livro *Os Sertões* e sua relação com a posição política e intelectual do escritor Euclides da Cunha. É intenção demonstrar como o jornalista republicano e admirador do exército nacional deu lugar ao escritor desiludido e iluminado, que construiu o tecido narrativo de *Os Sertões* em níveis distintos e nos mais diversos planos. No Brasil, num governo e numa sociedade que tinham os olhos voltados para a Europa, o questionamento da maneira bárbara de atuar contra a suposta barbárie, em nome da civilização, apareceu pela primeira vez no livro de Euclides da Cunha. Há muito mais do que a denúncia de um massacre e a revelação da miséria do interior brasileiro: na força poderosa deste livro é possível encontrar uma nova interpretação do Brasil, capaz de colocar o conceito de nação em outra perspectiva política. Assim, é objetivo mostrar como a obra acabada e derradeira da atuação política e intelectual de Euclides da Cunha é o livro *Os Sertões*.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Os Sertões. Euclides da Cunha. Canudos. Civilization and barbarism.

PALAVRAS-CHAVE: Os Sertões. Euclides da Cunha. Canudos. Civilização e barbárie.

Texto integral

Quando procuramos as origens de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, torna-se evidente que o livro não foi planejado com o enquadramento ideológico de ser um trágico retrato do sertanejo e cruel perfil do Exército. Na verdade, a ideia de escrever um livro sobre a guerra de Canudos esteve presente desde o início, quando Júlio Mesquita solicitou ao presidente Prudente de Moraes autorização para enviar um correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, na qual afirmava que o periódico “quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico” (GALVÃO, 2000, p. 13).

Esse “trabalho histórico”, na caderneta de campo de Euclides da Cunha, na qual tomou nota dos acontecimentos da campanha de Canudos, tinha um cabeçalho. Na página dois, está escrito com sua letra miúda: “A Nossa Vendéia”, no alto da página; logo abaixo, “Diário de uma Expedição” (CUNHA, 1975, p. 2). De modo que é evidente sua intenção de usar, no livro, o título já utilizado em seus dois artigos sobre a guerra de Canudos. Com isso, revela o tanto que teve de mudar do seu projeto original.

A ideia de um livro sobre o episódio de Canudos também estava nas conversas que Euclides da Cunha mantinha com autoridades ou mesmo com colegas jornalistas da campanha. Tanto nos diários da Bahia, que registraram sua presença se deslocando para a região do conflito, como em textos de outros jornalistas, há a citação direta ao trabalho que iria desenvolver sobre o episódio.

Num trecho da reportagem publicada no *Jornal do Comércio*, do dia 23 de outubro, o jornalista substituto de Manuel Benício escreveu a respeito.

Agora, vamos noticiar o breve aparecimento de um importante livro, a *Nossa Vendéia*, que está escrevendo o Dr. Euclides da Cunha, representante aqui de O Estado de São Paulo. Eis o esboço das duas primeiras partes deste trabalho sobre Canudos: A Natureza – caracteres físicos; feição topográfica. Formação geológica. Região em grande parte estéril... A flora. A fauna. Frutificação incerta e temporânea... O homem – caracteres físicos. Alimentação. Habitação. A coragem pessoal. Vida animal; o exorbitante prejudicando as funções intelectuais e morais... A influência diária de um solo árido. Vida nômade... um isolador étnico. Infantilidades. Imaginação viva. Reflexão amorosa. O terror religioso. A desconfiança. As santas missões. Vocabulário. É, como se vê, um estudo importante, prendendo-se a uma concepção geocêntrica do nosso tabaréu. (GALVÃO, 1977, p. 339).

É interessante observar que a estrutura estava previamente alinhada, de modo que as partes um e dois de *Os Sertões* são originárias do primeiro esboço do livro intitulado a *Nossa Vendéia*. No entanto, as duas primeiras partes, que aparecem com os subtítulos de *A terra* e *O homem*, irão corresponder a trinta por cento da obra. A parte intitulada *A luta* forma grande parte do livro. E neste território da obra, o caráter político do episódio ganha feições contrárias – ou melhor, opostas – ao exposto na cobertura jornalística. Mas é importante observar que o livro está dividido em partes estanques que chegaram a preocupar o autor.

É possível dizer que construiu também o tecido narrativo de *Os Sertões* em níveis distintos. No primeiro, que corresponde à descrição de *A terra* e de *O homem*, o caráter cientificista de sua narrativa é imperativo e inquestionável. A voz que narra é a voz da Botânica, da Geologia, da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia e da História. A autoridade científica, na narrativa de Euclides da Cunha, faz-se valer do comando de Tyndal, Herschel, Wollaston, Humboldt, Meyer, Norton, Nott, Hegel, Gordon, Buckle... Todos tratados assim, por um nome único, numa intimidade que impregna o narrador de razão e de autoridade.

São as primeiras páginas de estudo sobre regiões do território brasileiro escritas por um autor nacional. Até Euclides, só pesquisadores estrangeiros haviam se dedicado a algum tipo de pesquisa sobre a cobertura vegetal da região do semiárido nordestino. Seu relato cientificista está consubstanciado na linguagem barroca e antiga, com incorporações de formas gramaticais locais que completam suas descrições grandiosamente épicas, tornando a forma do escritor um texto único. A aridez da paisagem e do homem se contrapõe a uma linguagem que mistura tudo – precisão científica com parnasianismo descritivo, metáforas e exatidões – e o resultado é a construção de uma realidade textual de grande poder visual – muito imitada nos anos seguintes.

Toda a obra é construída a partir de níveis de compreensão. O meio físico evolui para a particularidade da terra como representação científica (nas suas variáveis geológicas e botânicas, que tanto explorou) e daí para o sertão como representação de um país desconhecido e inóspito. Da definição racial do povo do lugar, Euclides avalia o homem (“o cerne vivo da raça”) expresso na figura do jagunço, o brasileiro excluído do projeto nacional. E do momento, ou seja, a realização ou a ação se expressa no conflito armado, no instante de desencontro entre o arcaico e o moderno.

Passado este início científico – e supostamente “neutro” de sua linguagem –, o narrador desce seu olhar sobre a tropa. O texto mantém seu foco sobre o Exército que foi a Canudos para restabelecer a autoridade do poder republicano. É neste momento que o texto se torna surpreendente: temos a figura do comandante enlouquecido (CUNHA, 1976, p. 231), temos a insólita comparação entre fanáticos por Floriano e por Cristo (CUNHA, 1976, p. 360) e temos a ironia amarga da república que norteava os oficiais (CUNHA, 1976, p. 346). São nesses momentos do texto que Euclides da Cunha ataca seus antigos aliados políticos e, através deles, ataca firmemente a ação do regime republicano que na cobertura jornalística, de quatro anos antes, saudara com veemente entusiasmo. Sobre a ameaça à República, escreve:

Os governadores de Estado, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança. E em todas as mensagens, variante de um ditado único, monótono pela simulcadência dos mesmos períodos retumbantes, persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monarquista. (CUNHA, 1976, p. 286).

Estes fatos chegavam às capitais da República e dos Estados inteiramente baralhados.... O espantinho da restauração monárquica negrejava, de novo, no horizonte político atreado de tormentas. A despeito das ordens do dia em que se cantava vitória, os sertanejos apareciam como os chouans depois de Fontenay. Olhava-se para a história através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o fâcies dominador de Chathelineau. João Abade era um Charrete de chapéu de couro. (CUNHA, 1976, p. 367).

E, quando se refere ao desempenho do Exército, é bastante claro:

E foi uma debandada. Oitocentos homens desapareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos; jogando fora as peças de equipamento; desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos,

em bandos erradios, correndo pelas estradas (...) Debalde alguns oficiais, indignados, engatilhavam revólveres ao peito dos foragidos. Não havia contê-los. Passavam; corriam; corriam doidamente; corriam dos oficiais; corriam dos jagunços. (CUNHA, 1976, p. 275).

Não tínhamos exército na significação real do termo, em que se inclui, mais valiosa que a existência de alguns milhares de homens e espingardas, uma direção administrativa, técnica e tática, definida por um estado-maior enfeixando todos os serviços, desde o transporte das viaturas aos lineamentos superiores da estratégia, órgão preparador por excelência das operações militares. Faltava tudo... Por fim não havia soldados: os carregadores de armas que por ali desembarcavam não vinham dos polígonos de tiro, ou de campos de manobra. Os batalhões chegavam, alguns desfalcados, menores de companhias, com armamento estragado e carecendo das noções táticas mais simples. Era preciso completá-los, armá-los, vesti-los, municia-los, adestrá-los e instruí-los. (CUNHA, 1976, p. 291).

Sobre o uso de dinamite contra a população:

Não lhes bastavam seis mil mannlichers e seis mil sabres, e o golpear de 12 mil braços, e o calcanhar de doze mil coturnos; e seis mil revólveres; e vinte canhões e milhares de granadas, e milhares de schrapnells, e os degolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; dez meses de combates, e cem dias de canhoneiro contínuo; e o esmagamento das ruínas (...). Impunham-se outras medidas... Um tenente, ajudante-de-ordens do comandante geral, fez conduzir ao acampamento dezenas de bombas de dinamite... Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça. Vinha de molde a dinamite (...). Era uma consagração. (CUNHA, 1976, p. 464).

Essa narrativa domina grande parte do livro – mas dentro de uma ordem decrescente. É absoluta na substituição da linguagem científica, mas se torna declinante ao longo do livro, quando aparece o terceiro plano narrativo, aquele que dará espaço aos jagunços. O foco narrativo inicial é o Exército, mas ao longo do livro ele se desloca para contar sobre a população de Canudos e seu personagem guerreiro – o jagunço. É oportuno observar que este foco narrativo só ocorre no livro, pois na cobertura jornalística é absolutamente ausente – a voz dos conselheiristas inexistente. Em *Os Sertões*, vai ganhando força ao longo do texto, de modo que nas últimas páginas torna-se dominante. Aqui temos as descrições de crianças, de velhos, de atos heroicos, de inúmeros momentos de dor e de sofrimento – e, pela primeira vez, aparecem suas razões para o conflito. Na cobertura jornalística só existem feridos do lado do Exército, só existem

motivações do lado do governo – tudo mais é ignorado. Em *Os Sertões*, vamos encontrar:

O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais. Enquanto os que lho ameaçavam permaneciam distantes, rodeava-os de ciladas que lhes tolhessem o passo. Mas quando eles, ao cabo, lhe bateram às portas e arrombaram-lhas a coices de armas, aventou-se-lhe, como único expediente, a resistência a pé firme, afrontando-os face a face, adstrito à preocupação digna da defesa e ao nobre compromisso da desforra. Canudos só seria conquistada casa por casa. Toda a expedição iria despender três meses para a travessia de cem metros que a separavam do apside da igreja nova. E no último dia de sua existência inconcebível, como bem poucas idênticas na história, os seus últimos defensores, três ou quatro anônimos, três ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens! (CUNHA, 1976, p. 364).

Por tudo isso, *Os Sertões* foi recebido pela crítica de maneira empolgante. Apesar de inúmeros livros sobre a guerra de Canudos já terem sido publicados, Euclides da Cunha apresentava algo mais qualificado. Livros, como *Os Jagunços*, de Afonso Arinos, ou *O Rei dos Jagunços*, de Manuel Benício, e muito outros, haviam tratado de Canudos de forma a recriminar a ação das tropas do governo. O livro de Afonso Arinos, publicado três anos antes, é muito semelhante a *Os Sertões*. Mas são histórias apresentadas em forma de romances, nas quais o caráter ficcional retirava a autoridade dos fatos e a eficácia dos argumentos. Ao mesmo tempo, a origem do autor – no caso do monarquista Afonso Arinos – dava ao leitor a percepção de tratar-se da utilização da guerra para agredir o governo.

Com *Os Sertões*, aconteceu exatamente o oposto. Seu autor era um republicano histórico, portanto uma voz sem a (aparente) contaminação do revide. Seu livro era apresentado na forma inovadora de ensaio/reportagem e trazia todas as vestimentas de trabalho científico. As citações eruditas no trato do cenário (*A terra*) e dos personagens (*O homem*) envolvidos no conflito tiveram papel importante na legitimação da obra. O caráter etnogeográfico das duas primeiras partes de *Os Sertões* encontrou nos intelectuais mergulhados no cientificismo da virada do século a justificativa para recriminar a ação do governo. E a exaltação do livro virou uma espécie de autocrítica – plenamente justificada, diante do silêncio conivente em que mergulharam durante o período da guerra.

E aqui chegamos ao núcleo do que queremos demonstrar na obra de Euclides da Cunha. O correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, republicano fervoroso, realizador da cobertura de guerra mais oficial e ufanista para com as ações do Exército, o jornalista indiferente diante do massacre da população e ingênuo para com a própria natureza da guerra, deu lugar ao escritor desiludido e iluminado. Sua desilusão para com o regime fez com que enxergasse uma outra

guerra, construísse uma outra narrativa, tendo como base um conjunto de valores nascido na desesperança.

Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões* para acusar o governo, escreveu sobre a desilusão com o regime e sobre “a retração criminosa da maioria pensante do país (que) permitia os excessos” (CUNHA, 1976, p. 229). Na forma, trouxe também o caráter cientificista que tanto encantamento provocava naquelas mentes ávidas de ciência e de modernidade. Constatou-se que havia ciência lá, havia um estudo “profundo” e deste trabalho e desta honestidade autoral republicana, nascia uma espécie de catarse da intelectualidade que havia calado e consentido, apoiado e até incentivado o massacre da população miserável no nordeste brasileiro. *Os Sertões* foi aceito como obra de culpa e seu papel político se realizaria plenamente.

Três dos maiores críticos literários do país à época – Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Junior – corroboraram que o livro era mesmo um grande marco na literatura nacional, como se pode observar nos trechos abaixo:

De vosso livro deve-se tirar, pois, uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas o dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil. (ROMERO, 1979, p. 165).

(...) confirmando os bons créditos de escritor do sr. Euclides da Cunha, igualmente assenta o conceito que desde o seu primeiro, o justamente célebre *Os Sertões*, das suas características literárias fiz: um espírito de tendências simultaneamente científicas e poéticas, com qualidades de observação e de generalização servidas por uma inteligência aberta no estudo das ciências abstratas e qualidades de imaginação representativa, idealizadora senão criadora, superior. (VERÍSSIMO, 1979, p. 128).

E, de fato, ponderando depois, calmamente, o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os Sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem, - único, no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional. (JÚNIOR apud BOSI, 1977, p. 219).

É importante observar as consequências positivas e negativas desta unanimidade crítica que consagrou *Os Sertões*. A aceitação de uma série de novidades permitiu avanços importantes, seja na forma ensaística de seu texto; seja na apresentação “árida tropical” da realidade geográfica e vegetal do nordeste; seja na construção da mística do homem sertanejo que passou a ser visto também como brasileiro – enfim, no melhor entendimento das coisas do Brasil. O lado

negativo foi sua imediata institucionalização: o livro foi aceito e jamais lido. Guilhermino César diz que:

O Euclides institucionalizado é o homem que escreve bonito. O que fala difícil. O que apresenta um conhecimento científico 'descomunal'... Esse homem de letras, enigmático no seu sofrimento, na sua fortaleza moral, é uma presença viva na estante – e basta. (CÉSAR, s/d, p. 44).

Toda a interpretação que fez e os caminhos que apontou ficaram sem o aprofundamento crítico que poderia advir do debate, da controvérsia, do contraponto que não existiu. E suas intenções nitidamente políticas ficaram ocultas.

Euclides da Cunha de ser visto como um intelectual engajado e que tinha um papel definido dentro do quadro político do novo cenário da inteligência brasileira. Portanto, se a motivação foi a desilusão, o resultado deveria ser uma ação política concreta. Dito de outra forma: a maneira de expressar a desilusão seria opondo-se politicamente ao projeto que aí estava. Da mesma forma que descobrira argumentos para defender a ditadura de Floriano Peixoto, e encontrara monarquistas por trás dos jagunços, quatro anos antes, chegara o momento de colocar-se em oposição àquela república que não era mais sua. Em *Os Sertões* aparecem elementos para embaralhar as cartas da racionalidade institucional, inverter os papéis e qualificar como crime a ação da República contra Canudos.

Euclides atacou a instituição republicana – nas ações expressas do governo – porque foi no afã de defendê-la que o massacre foi realizado. Atacou o Exército porque se atribuía o destino da pátria, outorgava-se a fundação do novo regime e foi o executor da matança.

Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César, queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dois polos – o incêndio e a faca. (CUNHA, 1976, p. 444).

E infundiu na obra um sentimento de culpa pela convivência – assumida de forma confessional – e de desilusão com o regime – expressa de maneira tão violenta – que impregnaram o leitor de justa indignação política. Euclides apresentou um brasileiro – miserável e excluído – vivendo submetido à violência de um Estado autoritário que lhe negava a própria existência. Em *Os Sertões*, é atribuída ao governo republicano a visão europeia e colonialista de recorrer às armas e ao aniquilamento para impor uma autoridade que a real vida institucional

não lhe dava “... e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões” (CUNHA, 1976, p. 248).



Euclides da Cunha fez a aproximação narrativa desta violência bárbara e desigual com o discurso de civilidade institucional do governo. O resultado foi inserir os episódios de Canudos na enorme lista de massacres e extermínios cometidos em nome da civilização. O papel civilizador – desempenhado pelas nações europeias – já era discutido na América espanhola, depois de sucessivos massacres da população indígena. Mas no Brasil, num governo e numa sociedade que tinham os olhos voltados para a Europa, o questionamento da maneira bárbara de atuar contra a suposta barbárie, em nome da civilização, apareceu pela primeira vez em *Os Sertões*.

A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos (dos soldados) ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca lembrava-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro. (CUNHA, 1976, p. 445).

A obra mostrava também o gigantesco atraso em que vivia o país. Além da miséria revelada em Canudos – quando a cidade foi tomada, o saque das tropas do Exército só encontrou rosários de coco eoringas de barro –, o flagelo humano daquelas pessoas açoitadas pelas secas formava o quadro de horror e de justificado desespero. A ideia de nacionalidade não era uma abstração. Era uma loucura. “Não era somente os jagunços. Em Juazeiro, no Ceará, um heresiarca sinistro, o Padre Cícero, conglobava multidões de novos cismáticos em prol do Conselheiro, em Pernambuco, um maníaco, José Guedes, surpreendia as autoridades... A aura da loucura soprava” (CUNHA, 1976, p. 287). O misticismo no interior do país passou a significar uma ameaça ao governo federal.

Havia mais do que a denúncia de um massacre e a revelação da miséria do interior brasileiro em *Os Sertões*. Na força poderosa deste livro era possível encontrar uma nova interpretação do Brasil, capaz de colocar o conceito de nação em outra perspectiva política. Utilizando-se do que Antonio Candido chamou de “metodologia dos contrários” (CANDIDO, 2002), Euclides da Cunha vai revelar a dualidade sertão versus litoral, ou cidade versus sertão. Com isso, vai descortinar uma interpretação inovadora, na qual as fissuras do país geográfico e a exclusão econômica de parte significativa da população serão reveladas e compreendidas em suas próprias contradições históricas. A ideia do litoral contra o sertão foi apresentada assim:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na

caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo... fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos. (CUNHA, 1976, p. 158).

O resultado de seu esforço político e intelectual foi a interpretação do Brasil sob uma ótica nova e revolucionária – com fôlego para durar mais de um século – e que influenciou de maneira profunda os estudos seguintes. *Os Sertões* traz a ideia do país dividido em duas sociedades (ou duas porções de uma mesma sociedade?) vivendo num desconhecimento (ou num antagonismo?) que transformavam seus habitantes (de raças diferentes?) em estrangeiros num território inóspito e desconhecido. Neste quadro, a guerra de Canudos teria sido a consequência do encontro de partes antagônicas – inimigas – que a violência do oficialismo republicano não poupou da degola e da dinamite; e onde o desfecho ocorre com “três ou quatro” sobreviventes “queimando os últimos cartuchos sobre seis mil soldados”. O radicalismo sinistro do epílogo só fez reforçar as distâncias e as diferenças que o país ignorava.

A ideia de “um terço de nossa gente” vivendo à margem do projeto de nação constituiu-se no núcleo principal da obra. Como se o livro todo tivesse sido planejado para reforçar a visão de uma *terra* desconhecida, habitada por um *homem* ignorado e com quem o Brasil republicano entrara em *luta* – um país inimigo dentro do território nacional. Esta talvez tenha sido a genialidade de Euclides da Cunha que nas palavras de Antonio Candido foi expressa assim: “Muito mais que sociólogo, Euclides é quase um iluminado. As simplificações que operou, na síntese das grandes visões de conjunto, permitiram-lhe captar a realidade mais profunda do homem brasileiro do sertão” (CANDIDO, 2002, p. 181).

Essa interpretação de aspectos importantes da formação do Brasil propiciou, a Euclides da Cunha, desenvolver o conceito de um país fraturado como nação: de um lado, a elite litorânea e europeizada, dominante das riquezas e determinante do destino do país; e de outro, a massa de miseráveis que vive alheia e desprovida de tudo, habitante do interior territorial brasileiro. A existência deste país arcaico só era possível pela visão excludente da elite política que não tinha um projeto de nação para a totalidade da população. Do ponto de vista político, a constatação desta fissura desautorizava o governo (republicano) a falar em nome do povo.

Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra... Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telhas do interior, que desequilibra tanto o nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se (os soldados) em terra estranha.

Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil... Além disto, a missão que ali os conduzia frisava, mais fundo, o antagonismo...O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores - uma invasão - em território estrangeiro. (CUNHA, 1976, p. 402).

Daí em diante, Euclides da Cunha reforçaria em seu trabalho intelectual a existência de um outro Brasil - invisível às autoridades - que tratava de revelar por onde quer que andasse. Assim planejou o livro *Um Paraíso Perdido* - que nunca chegou a concluir - abordando a região amazônica (a terra) e o seringueiro (o homem). Nas florestas de Purus e Juruá encontrará novamente o nordestino, seu personagem central, agora travestido na figura do seringueiro explorado num trabalho bruto e cruel - escravo! -, onde o espaço das águas substitui a vastidão das secas. O estudo sobre a região amazônica e a exploração da borracha foi abandonado e dele restaram poucos textos.

Mandavam-nos para a Amazônia - vastíssima, despovoada, quase ignota - o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria (...) O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demais insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se. (CUNHA, 1967, p. 47).

A força dessa visão sociológica na interpretação do Brasil demonstrou que:

(...) a importância de Euclides da Cunha consistiu em conferir grandeza, em dar forma literária...como suprema realização artística, a uma interpretação nova do Brasil, aquela que coloca em contraste o abandono do sertão, e tudo que decorre desse abandono, com o enriquecimento do litoral, com as mazelas que esse enriquecimento proporciona. (SODRÉ, 1988, p. 496).

Talvez também por esta harmonia entre a realização artística e a nova interpretação do Brasil, de que nos fala Werneck Sodré, *Os Sertões* se transformou numa vertente poderosa na interpretação e na representação cultural - em emblema da exclusão social brasileira. É possível observar que o método dualista - antíteses ou antagonismos - tornou-se tradição nos modernos estudos que vararam o século XX. E seu método de aproximar os contrários se espalhou por diversas áreas de estudos e por inúmeros caminhos da representação artística.

Na economia, Caio Prado Jr. vai observar o antagonismo entre uma minoria de empresários e uma massa de "homens livres" sem qualificação (*Formação do*

Brasil Contemporâneo); Celso Furtado, a disparidade entre regiões desenvolvidas e estagnadas (*Formação Econômica do Brasil*). Na antropologia, em Gilberto Freyre, a dualidade vai se dar entre o senhor e o escravo (*Casa Grande e Senzala*); Darcy Ribeiro vai nos apresentar o Nordeste como depósito de mão de obra (*O Povo Brasileiro*). Na Sociologia, Sergio Buarque de Holanda desenvolveu sua interpretação no conceito de urbano e rural (*Raízes do Brasil*); Jacques Lambert, e a ideia de dois países, a riqueza convivendo com a pobreza (*Os dois Brasis*).

Na Literatura, Graciliano Ramos e o personagem andarilho na seca do sertão e na solidão da cidade (*Vidas Secas*); Guimarães Rosa com o sertão que é um mundo fora do mundo (*Grande Sertão: Veredas*). Nas Artes Plásticas, Tarsila do Amaral vai trazer o cacto e as cores do nordeste para representar o Brasil antropofágico (*Abaporu e Sol Poente*), Candido Portinari e a série de nordestinos, miséria, filhos e urubus (*Os Retirantes*). Na Música, Luiz Gonzaga e o canto do fugido da seca (*Asa Branca*); Geraldo Vandré, bois e homens como iguais (*Disparada*). No Cinema, Glauber Rocha, drama, num cenário simbólico de Euclides da Cunha (*Deus e o Diabo na Terra do Sol*); Rui Guerra, com o sulista em meio ao Nordeste dilacerado (*Os Fuzis*). Na Poesia, João Cabral de Melo Neto e a saga do pobre na existência nordestina (*Morte e Vida Severina*); Manuel Bandeira com o sertão e a cidade (*O cacto*).

E dessas inúmeras formas de estudo e de signos artísticos derivou a construção do discurso marcado pelo nacionalismo crítico – maduro nas pesquisas e forte na representação estética – que tem sido dominante na academia e na difusão de ideias políticas, na sociedade organizada. Criada a tradição – consolidada por uma ideia geral de exclusão –, esse nacionalismo crítico tem servido a dois objetivos claros. Primeiro, aos intelectuais que tentam explicar o fracasso socioeconômico do país. A tentativa de entender por que o país mantém parte significativa da população na mais absoluta miséria fez com que se mantivesse uma linha histórica ininterrupta de pesquisas sociológicas que duram até os dias de hoje. Segundo, os significados artísticos de alto poder de comunicação têm sido utilizados de maneiras inesgotáveis, de modo que se atualizam e se reinventam para continuar a representação da tragédia social brasileira.

É surpreendente que a interpretação sociológica e a representação estética de um episódio singular na história brasileira continuem servindo de fonte alegórica para simular situações políticas até os dias atuais. A mítica da palavra “sertão” ganhou conotações, para o povo brasileiro, muito além de “lugar distante” ou “interior pouco povoado”. O simbolismo do “sertão” passou a abrigar todos os emblemas da exclusão.

De outro ângulo – e minimizando a capacidade visionária de Euclides da Cunha –, a razão capaz de explicar a sobrevivência do livro *Os Sertões*, seja como estudo interpretativo ou como “manancial de alegoria” do excluído, esteja também no fato do Brasil se manter, em linhas gerais, num modelo socioeconômico muito próximo do apresentado por ele há mais de cem anos. Isto é, talvez não esteja somente em *Os Sertões* a explicação de sua atualidade; talvez as raízes da exclusão social brasileira ainda sejam as mesmas. Com isso queremos dizer que o Brasil parece continuar muito próximo do seu passado. Com a modernização do

subdesenvolvimento – na qual o processo de exclusão não se realiza por “atraso econômico” ou por “por herança do passado”, como pensou parte dos estudos progressistas até os anos 70 – a exclusão seria a própria lógica moderna nos países periféricos. Nas palavras de Roberto Schwarz:

Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização. Algo análogo vale para as escleroses regionais, cuja explicação não está no imobilismo dos tradicionalistas, mas na incapacidade paulista para formar uma hegemonia modernizadora aceitável em âmbito nacional. (SCHWARZ, 1992, p. 7).

Se até os dias atuais, *Os Sertões* provoca discussões e argumentos desta ordem, como teria sido recebido no seu lançamento? O livro apareceu para o público no início do governo do presidente paulista Rodrigues Alves e o que a república iria ser, já o era: uma construção urbana, na beira mar com o olhar posto na Europa. O Rio de Janeiro do “civiliza-se”, dos automóveis, das prostitutas francesas, do sonho urbano e de uma sociedade afetada pela etiqueta e pelos novos hábitos capitalistas ainda era uma promessa. Mas o café garantiria as reformas urbanas, objetivo do novo presidente. Como vimos no primeiro capítulo, a cidade já representava o desenvolvimento, a cultura, o poder e o progresso naquele início do século. No espaço urbano estavam os projetos do governo e a vida alegre e mundana das conferências, dos cafés e das confeitarias.

Depois de mais alguns anos na sua engenharia “de sofrimentos” pelo interior paulista, o cenário urbano e chique da Rua do Ouvidor aplaudiu Euclides da Cunha e o colocou na Academia Brasileira de Letras, transformou-o numa figura do *establishment* e integrante do grupo de intelectuais apadrinhados pelo Barão de Rio Branco. Euclides se “institucionalizou” – de novo, as palavras de Guilhermino César – e virou um ser inofensivo sobre seu pedestal de conhecimento “descomunal”. Estará sempre nas fotos junto a grandes personalidades de seu tempo, mas ocupando as laterais, as margens, em pé, quase caindo fora do retrato e daquele mundo que detestava. Continuou sonhando com “suas botas de sete léguas”, alheio e arredio a uma vida urbana marcada pela superficialidade das relações e pela preocupação com as aparências. Dilacerava-se no tédio da cartografia do Itamaraty e aquele meio que nada tinha dele. “... não desejo a Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste do pioneiro” (GALOTTI; GALVÃO, 1997, p. 212).

Passou seu pouco tempo de fama e de vida “atravessando uns dias fatigados e tristes”. Nas correspondências criticava os destinos da república e foi mergulhando numa amargura que o fazia sonhar em voltar a morar no interior. São inúmeros os projetos que iniciou e não conseguiu levar adiante e com tristeza reconheceu que não produziu mais nada depois de *Os Sertões*.

Às vezes planeio uma arrancada heróica e inflexível contra tudo isto: - uma ruidosa campanha... em que substituísse a ironia vibrátil, que me falta, pela pancada em cheio, da frase violenta e rude – amaldiçoando... Mas refreio os arremessos. Considero os filhos pequeninos. (GALOTTI; GALVÃO, 1997, p. 327).

Um pesquisador – mesmo um leitor atento – percebe o deslocamento da figura intelectual de Euclides da Cunha com o mundo da “belle époque”. De historiadores a críticos literários, todos constataam que várias características o tornaram uma figura estranha num tempo quando a literatura era expressão e “sorriso da sociedade”. O que tentamos demonstrar é que sua trajetória intelectual está marcada por uma atuação política engajada e toda sua produção – jornalística, ensaística e literária – mergulhada na tarefa de politizar. A obra acabada e derradeira desta atuação política e intelectual é o livro *Os Sertões*, e sua orientação é a profunda desilusão política. Não a desilusão política no sentido genérico e existencial do termo, mas a política aplicada, real e pragmática, executada contra a república que ele havia ajudado a implantar. O livro *Os Sertões* é a vingança do militante que se sobrepõe à visão iluminada do intelectual.

Referências

- BOSI, Alfredo. **Teoria, Crítica e História Literária**. São Paulo, Edusp, 1977.
- CANDIDO, Antonio. **Textos de Intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CÉSAR, Guilhermino. **Euclides da Cunha**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Ufrgs, s/d.
- CUNHA, Euclides da. **Caderneta de Campo**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. **Os Sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. Rio de Janeiro: Editora Lello Brasileira S.A., 1967.
- GALOTTI, Oswaldo; GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora – a guerra de Canudos nos jornais**. São Paulo: Editora Ática, 1977.
- ROMERO, Silvio. **Realidades e Ilusões no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHWARZ, Roberto. Valor Intelectual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais!, p. 7, 25 out. 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VERÍSSIMO, José. **Últimos Estudos de Literatura Brasileira**: 7ª série. São Paulo: Edusp, 1979.

Para citar este artigo

ALMEIDA, Luís Alberto Scotto. *Os sertões* e a trajetória política e intelectual de Euclides da Cunha. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 3, n. 2, p. 60-74, mai.-ago. 2014.

O autor

Luís Alberto Scotto Almeida é doutor em Teoria Literária pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também cursou o mestrado em Literatura Brasileira. É professor associado do Curso de Jornalismo da UFSC e tem publicados artigos na área de história da literatura, teoria e crítica literária.